



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO N° 8.670, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 8º e art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 54 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, observadas as dotações orçamentárias aprovadas na [Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016](#), poderão empenhar, até o mês de março de 2016, os valores estabelecidos no [Anexo I](#).

**Art. 1º** Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na [Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016](#), observados os limites estabelecidos no [Anexo I](#). *(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016)*

**§ 1º** Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de natureza de despesa:

- a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";
- b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e
- c) "6 - Amortização da Dívida";

II - às despesas financeiras relacionadas no [Anexo V](#):

III - às despesas custeadas com receitas oriundas de doações e de convênios; e

IV - às despesas relacionadas na [Seção I do Anexo III à Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015](#), e não constantes do [Anexo VI](#).

**§ 2º** Os créditos suplementares e especiais abertos e os créditos especiais reabertos neste exercício relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º, terão sua execução condicionada aos valores constantes do [Anexo I](#).

**§ 3º** O empenho das despesas relacionadas no [Anexo V](#) com indicativo de controle de fluxo financeiro observará os limites estabelecidos em ato da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

**§ 4º** O empenho de despesas à conta de receitas próprias, fontes 150, 180, 250 e 280, somente poderá ocorrer até o montante da reestimativa constante do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, elaborada com base nos dados de arrecadação registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi e na tendência do exercício, respeitadas as dotações orçamentárias aprovadas e os valores constantes do [Anexo I](#).

**Art. 2º** O pagamento de despesas no exercício de 2016, inclusive dos restos a pagar de exercícios anteriores, dos créditos suplementares e especiais abertos e dos créditos especiais reabertos neste exercício, observará os valores constantes do [Anexo II](#).

**§ 1º** Não se inclui nos valores a que se refere o **caput** o pagamento referente às dotações relacionadas no § 1º do art. 1º.

**§ 2º** Para efeito do cumprimento do disposto no **caput**, serão considerados:

I - as ordens bancárias emitidas no Siafi em 2015 e 2016, cujos saques na conta única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, efetivarem-se no exercício financeiro de 2016;

II - as ordens bancárias de pagamentos entre órgãos e entidades integrantes do Siafi (Intra-Siafi) emitidas em 2016;

III - a emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Darf, Guia da Previdência Social - GPS, Guia de Recolhimento da União - GRU, Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais, Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de Informações da Previdência Social - GFIP, em qualquer modalidade, no Siafi;

IV - os pagamentos efetuados diretamente no exterior, inclusive aqueles relativos às operações realizadas com recursos de organismos financeiros internacionais, observado o disposto no art. 6º;

V - as aquisições de bens e serviços realizadas mediante operações de crédito internas ou externas, tendo por referência a data do registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, que deverá ser a mesma data de contabilização no Siafi; e

VI - outras formas de pagamento que vierem a ser utilizadas.

**§ 3º** Nos casos de descentralização de créditos orçamentários, as respectivas programações de movimentação, empenho e pagamento serão igualmente descentralizadas e, tratando-se de despesas à conta de recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, caberá ao órgão descentralizador efetuar o correspondente repasse financeiro.

**§ 4º** O pagamento dos restos a pagar, incluídos nos valores de que trata o **caput**, deverá enquadrar-se adicionalmente nos cronogramas mensais de restos a pagar processados e não processados de que tratam os [Anexos II](#) e [IV](#), respectivamente.

**§ 5º** Os cronogramas referidos no § 4º poderão ser alterados por ato do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, mediante solicitação do respectivo órgão setorial do Sistema de Administração Financeira Federal.

**Art. 3º** Observadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 2º, as liberações de recursos do Tesouro Nacional para os órgãos do Poder Executivo terão como parâmetro os valores mensais fixados no [Anexo II](#), as disponibilidades de recursos, o limite de saque e o pagamento efetivo de cada órgão.

**§ 1º** O pagamento de despesa do exercício e de restos a pagar, decorrente de créditos orçamentários descentralizados, será computado no órgão descentralizador.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda poderá requerer dos órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal a transferência ou a devolução de saldos financeiros em excesso nas unidades, tendo por referência os parâmetros previstos no **caput**.

§ 3º A liberação de recursos financeiros para o pagamento das despesas de que trata o § 3º do art. 1º deverá adequar-se à programação financeira do Tesouro Nacional.

§ 4º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda poderá bloquear a execução financeira dos órgãos que ultrapassarem os valores autorizados para pagamento à conta das fontes de recursos 150 e 250, e suas correspondentes de exercícios anteriores, definidos no detalhamento de que trata o inciso III do **caput** do art. 7º.

Art. 4º Os dirigentes dos órgãos setoriais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal e os ordenadores de despesa deverão observar, para os projetos financiados com recursos externos e de contrapartida nacional, inclusive a importação financiada de bens e serviços, as definições do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal.

Art. 5º Deverão ser registrados no Siafi, no âmbito de cada órgão:

I - a correspondente execução orçamentária e financeira de cada projeto financiado com recursos externos e contrapartida, inclusive a importação financiada de bens e serviços, em unidade gestora criada exclusivamente para essa finalidade; e

II - os acordos de cooperação celebrados com organismos internacionais para execução de projetos financiados com recursos externos.

Parágrafo único. O disposto no inciso I do **caput** não veda a criação de mais de uma unidade gestora para cada projeto, caso seja de interesse do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal.

Art. 6º Fica vedado, no âmbito dos projetos financiados com recursos de organismos multilaterais, agências governamentais estrangeiras, organização supranacional ou qualquer outra organização internacional ou órgão governamental estrangeiro, o pagamento ao fornecedor de bem ou serviço, mediante saque direto no exterior, devendo ser executadas todas as movimentações financeiras por meio do Siafi, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º Poderá ser admitido, em caráter excepcional e desde que autorizado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que as despesas realizadas fora do País, financiadas por contribuições financeiras não reembolsáveis, sejam pagas no exterior diretamente pelos credores externos referidos no **caput**.

§ 2º As movimentações financeiras autorizadas nos termos do § 1º deverão ser registradas no Siafi, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Art. 7º Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderão, no âmbito de suas competências, permitida a delegação:

I - alterar os valores estabelecidos para os órgãos relacionados nos [Anexos I e II](#);

I - ampliar os valores estabelecidos para os órgãos relacionados no [Anexo II](#) até o montante de R\$ 6.646.000.000,00 (seis bilhões, seiscentos e quarenta e seis milhões de reais); [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016\)](#)

I - ampliar os valores estabelecidos para os órgãos relacionados no [Anexo II](#) até o montante de R\$ 2.443.480.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e oitenta mil reais); [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.700, de 2016\)](#)

I - ampliar os limites estabelecidos para os órgãos relacionados nos [Anexos I e II](#) até os montantes de R\$ 10.374.281.326,00 (dezessete bilhões, trezentos e setenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais) e de R\$ 29.004.104.000,00 (vinte e nove bilhões, noventa e quatro milhões, cento e quatro mil reais), respectivamente; [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.784, de 2016\)](#)

I - ampliar os limites estabelecidos para os órgãos relacionados nos Anexos I e II até os montantes de R\$ 9.513.664.335,00 (nove bilhões, quinhentos e treze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais) e de R\$ 11.922.751.062,00 (onze bilhões, novecentos e vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, sessenta e dois reais), respectivamente; [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.824, de 2016\)](#)

II - proceder ao remanejamento dos valores de movimentação e empenho e de pagamento constantes dos [Anexos I e II](#);

III - detalhar os valores constantes dos [Anexos I e II](#) e ajustar os referidos detalhamentos; e

IV - estabelecer normas, procedimentos e critérios necessários ao disciplinamento da execução orçamentária do exercício.

~~§ 1º A alteração e o remanejamento de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do **caput** serão efetuados de acordo com o detalhamento estabelecido na forma do inciso III do **caput**.~~

§ 1º A ampliação e o remanejamento de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do **caput** serão efetuados de acordo com o detalhamento estabelecido na forma do inciso III do **caput**. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016\)](#)

§ 2º No remanejamento a que se referem o inciso II do **caput** e o § 1º, poderão ser incluídos órgãos orçamentários beneficiados com transferência de dotações nos termos do [art. 52 da Lei nº 13.242, de 2015](#).

§ 3º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará, mediante portaria, publicada até 10 de janeiro de 2017, os valores finais autorizados para movimentação e empenho, observado o detalhamento constante do [Anexo I](#). [\(Incluído pelo Decreto nº 8.676, de 2016\)](#)

Art. 8º As metas quadriestrais para o superávit primário e a demonstração de sua compatibilidade com os montantes para pagamento, em conformidade com os [incisos I e IV do § 1º do art. 54 da Lei nº 13.242, de 2015](#), constam do [Anexo X](#).

Art. 9º Em decorrência do disposto neste Decreto, fica vedada aos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de acordo com o [art. 167, caput, inciso II, da Constituição](#), e com o [art. 73 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), a realização de despesas ou a assunção de compromissos que não sejam compatíveis com os valores e os cronogramas estabelecidos.

Art. 9º-A. Os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 2 de dezembro de 2016. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.676, de 2016\)](#)

§ 1º A restrição prevista no **caput** não se aplica às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na [Seção I do Anexo III à Lei nº 13.242, de 2015](#), e às decorrentes de abertura e reabertura de créditos extraordinários. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.676, de 2016\)](#)

§ 2º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar o empenho de dotações orçamentárias além do prazo estabelecido no **caput** para o atendimento de despesas não previstas no § 1º. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.676, de 2016\)](#)

Art. 10. Os Ministros de Estado, os dirigentes dos órgãos setoriais dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento e de Administração Financeira e os ordenadores de despesa são responsáveis pela observância do cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis à matéria de que trata este Decreto, especialmente da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), da [Lei nº 13.242, de 2015](#), esta, em particular, quanto aos [art. 117 e art. 140, caput](#) e § 1º, e da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

Art. 11. À Controladoria-Geral da União e aos demais órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal cabe zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto e responsabilizar os dirigentes e os servidores que praticarem atos em desacordo com as disposições nele contidas.

Art. 12. Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 13. Ficam estabelecidas as metas constantes dos Anexos VII, VIII e IX, contendo:

I - Anexo VII - Previsão da Receita do Governo Central - 2016 - Receita por Fonte de Recursos, nos termos do inciso II do § 1º do art. 54 da Lei nº 13.242, de 2015;

II - Anexo VIII - Arrecadação/Previsão das Receitas Federais - 2016 - Líquida de Restituições e Incentivos Fiscais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 54 da Lei nº 13.242, de 2015, e

III - Anexo IX - Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - 2016, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 54 da Lei nº 13.242, de 2015.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de fevereiro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF

Nelson Barbosa

Valdir Moysés Simão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.2.2016 - Edição extra

**ANEXO I**  
**VALORES AUTORIZADOS PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO**  
**ATÉ MARÇO**

Órgãos	PAG			Despesas Obrigatórias	Emenda Individual
	Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total		
20000	Presidência da República	0	0	63.524.808	
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	315.664.704	
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	46.516.693	46.516.693	414.500.172	
25000	Ministério da Fazenda	0	0	383.850.672	
26000	Ministério da Educação	211.166.142	211.166.142	8.651.825.021	
28000	Min. de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	0	27.104.604	
30000	Ministério da Justiça	0	0	251.105.208	
32000	Ministério de Minas e Energia	20.878.073	20.878.073	63.600.732	
35000	Ministério das Relações Exteriores	0	0	264.980.907	
36000	Ministério da Saúde	106.270.717	106.270.717	76.234.077.116	
39000	Ministério dos Transportes	1.044.787.040	1.044.787.040	314.491.888	
40000	Ministério do Trabalho e Previdência Social	0	0	464.126.796	
41000	Ministério das Comunicações	76.238.277	76.238.277	26.165.812	
42000	Ministério da Cultura	11.294.248	11.294.248	32.156.076	
44000	Ministério do Meio Ambiente	0	0	59.088.672	
47000	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão	130.111	130.111	4.916.868.746	
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	255.538.160	
51000	Ministério do Esporte	82.323.141	82.323.141	61.036.629	
52000	Ministério da Defesa	742.318.638	742.318.638	6.077.465.049	
53000	Ministério da Integração Nacional	412.290.035	412.290.035	56.797.661	
54000	Ministério do Turismo	0	0	4.056.648	
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	25.685.742	25.685.742	28.656.201.204	
56000	Ministério das Cidades	1.369.831.462	1.369.831.462	71.643.644	
57000	Min. das Mulheres, da Iguald. Racial e dos Dir. Humanos	0	0	4.852.008	
60000	Cabinete do Vice-Presidente da República	0	0	420.000	
62000	Secretaria de Aviação Civil	258.739.602	258.739.602	10.279.800	
63000	Advocacia Geral da União	0	0	53.078.098	
66000	Controladoria Geral da União	0	0	16.881.012	
68000	Secretaria de Portos	142.032.365	142.032.365	3.804.084	
71000	Encargos Financeiros da União	8.676.821	8.676.821	0	
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0	0	120.088.264	
74000	Operações Oficiais de Crédito	0	0	0	
-	Reserva para Emendas de Bancada Estadual	562.000.000	562.000.000	-	
-	Reserva para Emendas Individuais	-	-	-	4.507.204
	<b>TOTAL</b>	<b>562.000.000</b>	<b>4.559.189.105</b>	<b>5.121.189.105</b>	<b>124.572.144.166</b>
					<b>4.507.204</b>

**ANEXO I**  
**(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016)**

**LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO**

Órgãos	PAG			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais
	Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total		
20000	Presidência da República	0	0	63.524.808	
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	315.664.704	
24000	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	225.566.838	225.566.838	414.500.172	
25000	Min. da Fazenda	0	0	383.850.672	
26000	Min. da Educação	623.555.937	623.555.937	8.651.825.021	
28000	Min. de Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	0	0	27.104.604	
30000	Min. da Justiça	0	0	251.105.208	
32000	Min. de Minas e Energia	96.012.056	96.012.056	63.600.732	
35000	Min. das Relações Exteriores	0	0	264.980.907	
36000	Min. da Saúde	467.010.985	467.010.985	76.234.077.116	
39000	Min. dos Transportes	5.426.056.947	5.426.056.947	314.491.888	
40000	Min. do Trabalho e Previdência Social	0	0	464.126.796	
41000	Min. das Comunicações	423.236.431	423.236.431	26.165.812	
42000	Min. da Cultura	54.113.742	54.113.742	32.156.076	
44000	Min. do Meio Ambiente	0	0	59.088.672	
47000	Min. de Planejamento, Orçamento e Gestão	623.394	623.394	4.916.868.746	
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	0	0	255.538.160	
51000	Min. do Esporte	493.872.004	493.872.004	61.036.629	
52000	Min. da Defesa	3.406.715.723	3.406.715.723	6.077.465.049	
53000	Min. da Integração Nacional	2.043.768.671	2.043.768.671	56.797.661	
54000	Min. do Turismo	0	0	4.056.648	
55000	Min. do Des. Social e Combate à Fome	128.925.206	128.925.206	28.656.201.204	



71000	Encargos Financeiros da União	0	41.594.394	41.594.394	0	0
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0	0	0	121.227.277	0
74000	Operações Oficiais de Crédito	0	0	0	0	0
-	Reserva para Emendas da Bancada Estadual	0	0	0	0	0
-	Reserva para Emendas Individuais	0	0	0	0	1.435.278.848
<b>TOTAL ATÉ OUTUBRO</b>		<b>3.372.000.000</b>	<b>23.581.020.780</b>	<b>26.953.020.780</b>	<b>124.828.675.870</b>	<b>8.047.256.419.72</b>

Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais
	Emendas de Bancada	Demais	Total		
<b>H - LIMITE ATÉ DEZEMBRO</b>					
20000	Presidência da República	0	0	63.891.638	4.915.868
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	317.789.999	342.454.686
24000	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	0	237.077.708	237.077.708	115.894.535
25000	Min. da Fazenda	0	0	393.728.525	0
26000	Min. da Educação	350.000.000	1.133.555.037	1.483.555.037	8.733.553.347
28000	Min. do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	150.000.000	0	150.000.000	28.016.815
30000	Min. da Justiça	0	0	0	264.712.040
32000	Min. de Minas e Energia	0	95.513.398	95.513.398	64.517.842
35000	Min. das Relações Exteriores	0	0	0	418.187.567
36000	Min. da Saúde	272.000.000	655.299.289	927.299.289	76.568.523.269
39000	Min. dos Transportes	1.870.000.000	5.402.486.156	7.272.486.156	316.181.428
40000	Min. do Trabalho e Previdência Social	0	0	0	477.474.806
41000	Min. das Comunicações	0	457.336.431	457.336.431	26.857.252
42000	Min. da Cultura	0	67.013.742	67.013.742	32.910.626
44000	Min. do Meio Ambiente	0	0	0	60.034.032
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	623.304	623.304	1.450.200.576
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	257.124.740
51000	Min. do Esporte	0	443.372.094	443.372.094	61.084.710
52000	Min. da Defesa	150.000.000	4.375.016.352	4.525.016.352	6.238.047.289
53000	Min. da Integração Nacional	480.000.000	2.335.076.341	2.815.076.341	57.156.051
54000	Min. do Turismo	0	0	0	4.104.858
55000	Min. do Des. Social e Combate à Fome	0	129.025.206	129.025.206	28.504.403.164
56000	Min. das Cidades	8.222.000.342	8.222.000.342	8.222.000.342	71.749.845
57000	Min. das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0	0	0	1.046.008
60000	Gabinete da Vice Presidência da República	0	0	0	120.000
62000	Secretaria de Aviação Civil	100.000.000	4.363.813.669	4.463.813.669	40.816.500
63000	Adveccacia Geral da União	0	0	0	55.686.198
66000	Controleadoria Geral da União	0	0	0	47.533.212
68000	Secretaria de Portos	0	674.661.764	674.661.764	4.023.914
71000	Encargos Financeiros da União	0	45.433.583	45.433.583	0
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0	0	0	121.227.277
74000	Operações Oficiais de Crédito	0	0	0	0
-	Reserva para Emendas da Bancada Estadual	0	0	0	0
-	Reserva para Emendas Individuais	0	0	0	1.435.278
<b>TOTAL ATÉ DEZEMBRO</b>		<b>3.372.000.000</b>	<b>25.670.274.786</b>	<b>29.051.274.786</b>	<b>124.828.675.870</b>
					<b>8.047.256</b>

## ANEXO I

(Redação dada pelo Decreto nº 8.824, de 2016)

## LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	[
	Emendas de Bancada	Demais	Total			
<b>I – LIMITES ATÉ OUTUBRO</b>						
20000	Presidência da República	0	0	0	63.891.638	4.915.868
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	317.789.999	342.454.686
24000	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	0	237.077.708	237.077.708	115.894.535	29.044.696
25000	Min. da Fazenda	0	0	0	393.728.525	0
26000	Min. da Educação	350.000.000	950.127.366	1.300.127.366	8.743.007.973	362.983.324
						2

28000	Min. do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	150.000.000	0	150.000.000	28.016.815	5.497.469
30000	Min. da Justiça	0	0	0	264.712.048	96.110.418
32000	Min. de Minas e Energia	0	87.400.272	87.400.272	64.517.842	0
35000	Min. das Relações Exteriores	0	0	0	418.187.567	483.824
36000	Min. da Saúde	272.000.000	653.178.507	925.178.507	76.568.523.268	4.137.615.042
39000	Min. dos Transportes	1.870.000.000	4.943.133.351	6.813.133.351	316.181.428	4.840.165
40000	Min. do Trabalho e Previdência Social	0	0	0	477.474.806	18.701.559
41000	Min. das Comunicações	0	439.835.388	439.835.388	26.857.252	6.945.443
42000	Min. da Cultura	0	56.912.499	56.912.499	32.910.626	95.120.942
44000	Min. do Meio Ambiente	0	0	0	60.934.932	4.892.458
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	623.394	623.394	1.440.844.950	386.970
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	257.124.740	105.124.949
51000	Min. do Esporte	0	367.372.094	367.372.094	61.081.710	316.242.731
52000	Min. da Defesa	150.000.000	3.702.781.337	3.852.781.337	6.238.047.289	252.682.205
53000	Min. da Integração Nacional	480.000.000	2.149.187.680	2.629.187.680	57.156.951	351.630.693
54000	Min. do Turismo	0	0	0	4.194.858	269.959.593
55000	Min. do Des. Social e Combate à Fome	0	118.030.964	118.030.964	28.594.493.164	85.015.743
56000	Min. das Cidades	0	8.002.907.462	8.002.907.462	71.749.845	1.224.375.201
57000	Min. das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Dir. Humanos	0	0	0	1.946.008	48.595.106
60000	Gabinete da Vice-Presidência da República	0	0	0	120.000	0
62000	Secretaria de Aviação Civil	100.000.000	1.181.854.656	1.281.854.656	10.816.500	774.118
63000	Advocacia-Geral da União	0	0	0	55.686.198	483.824
66000	Controladoria-Geral da União	0	0	0	17.533.212	0
68000	Secretaria de Portos	0	570.892.935	570.892.935	4.023.914	483.824
71000	Encargos Financeiros da União	0	41.594.394	41.594.394	0	0
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0	0	0	121.227.277	0
74000	Operações Oficiais de Crédito	0	0	0	0	0
	Reserva para Emendas de Bancada Estadual	0	0	0	0	0

Reserva para Emendas Individuais	0	0	0	0	21.551.041	
<b>TOTAL ATÉ OUTUBRO</b>	3.372.000.000	23.502.910.007	26.874.910.007	124.828.675.870	7.786.911.892	7

Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	[ ]
	Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total			
<b>II – LIMITE ATÉ DEZEMBRO</b>						
20000 Presidência da República	0	0	0	63.891.638	4.915.868	
22000 Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	317.789.999	342.454.686	
24000 Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação	0	279.100.160	279.100.160	115.894.535	29.044.696	
25000 Min. da Fazenda	0	0	0	393.728.525	0	
26000 Min. da Educação	350.000.000	1.133.555.937	1.483.555.937	8.743.007.973	362.983.324	2
28000 Min. do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	150.000.000	0	150.000.000	28.016.815	5.497.469	
30000 Min. da Justiça	0	0	0	264.712.048	96.110.418	
32000 Min. de Minas e Energia	0	95.513.398	95.513.398	64.517.842	0	
35000 Min. das Relações Exteriores	0	0	0	418.187.567	483.824	
36000 Min. da Saúde	272.000.000	653.178.507	925.178.507	76.568.523.268	4.137.615.042	1
39000 Min. dos Transportes	1.870.000.000	5.403.038.036	7.273.038.036	316.181.428	4.840.165	
40000 Min. do Trabalho e Previdência Social	0	0	0	477.474.806	18.701.559	
41000 Min. das Comunicações	0	457.429.664	457.429.664	26.857.252	6.945.443	
42000 Min. da Cultura	0	67.765.490	67.765.490	32.910.626	95.120.942	
44000 Min. do Meio Ambiente	0	0	0	60.934.932	4.892.458	
47000 Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	623.394	623.394	1.440.844.950	386.970	
49000 Min. do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	257.124.740	105.124.949	
51000 Min. do Esporte	0	367.372.094	367.372.094	61.081.710	316.242.731	
52000 Min. da Defesa	150.000.000	4.375.011.826	4.525.011.826	6.238.047.289	252.682.205	

53000	Min. da Integração Nacional	480.000.000	2.335.076.341	2.815.076.341	57.156.951	351.630.693
54000	Min. do Turismo	0	0	0	4.194.858	269.959.593
55000	Min. do Des. Social e Combate à Fome	0	128.913.026	128.913.026	28.594.493.164	85.015.743
56000	Min. das Cidades	0	8.222.787.897	8.222.787.897	71.749.845	1.224.375.201
57000	Min. das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0	0	0	1.946.008	48.595.106
60000	Gabinete da Vice-Presidência da República	0	0	0	120.000	0
62000	Secretaria de Aviação Civil	100.000.000	1.363.813.669	1.463.813.669	10.816.500	774.118
63000	Advocacia-Geral da União	0	0	0	55.686.198	483.824
66000	Controladoria-Geral da União	0	0	0	17.533.212	0
68000	Secretaria de Portos	0	674.661.764	674.661.764	4.023.914	483.824
71000	Encargos Financeiros da União	0	45.433.583	45.433.583	0	0
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0	0	0	121.227.277	0
74000	Operações Oficiais de Crédito	0	0	0	0	0
	Reserva para Emendas de Bancada Estadual	0	0	0	0	0
	Reserva para Emendas Individuais	0	0	0	0	21.551.041
<b>TOTAL ATÉ DEZEMBRO</b>		<b>3.372.000.000</b>	<b>25.603.274.786</b>	<b>28.975.274.786</b>	<b>124.828.675.870</b>	<b>7.786.911.892</b>

**ANEXO II**  
**VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E AOS RESTOS A PAGAR**

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ FEV	ATÉ MAR	ATÉ ABR	ATÉ MAI	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT
20000 Presidência da República	-	216.725	296.494	349.745	402.995	456.246	509.496	562.747	615.098
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	492.049	757.989	966.823	1.175.657	1.384.490	1.593.324	1.802.157	2.010.994	2.219.825
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	833.759	1.242.804	1.580.209	1.917.613	2.255.017	2.592.421	2.929.825	3.267.230	3.604.634
25000 Ministério da Fazenda	552.069	846.574	1.080.173	1.406.504	1.733.016	2.059.437	2.385.858	2.712.280	3.038.701
26000 Ministério da Educação	6.505.376	8.749.499	10.691.622	13.787.463	16.892.295	19.074.116	22.074.947	26.170.779	29.266.610
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	186.094	283.130	325.169	416.642	508.114	599.587	691.060	782.532	874.005
30000 Ministério da Justiça	494.116	712.813	831.540	1.134.396	1.437.281	1.740.166	2.043.052	2.345.937	2.648.822
32000 Ministério de Minas e Energia	144.425	210.062	263.700	310.802	356.905	409.507	450.110	496.712	543.315
35000 Ministério das Relações Exteriores	270.268	379.860	463.819	576.626	689.433	802.240	915.047	1.027.854	1.140.661
36000 Ministério da Saúde	16.943.779	24.424.328	30.600.620	38.459.476	46.476.447	54.493.417	62.510.387	70.527.358	79.544.328
39000 Ministério dos Transportes	303.537	365.525	424.125	569.510	712.995	857.280	1.001.666	1.146.054	1.290.426
40000 Ministério do Trabalho e Previdência Social	428.003	647.461	786.900	1.048.700	1.310.680	1.572.579	1.834.461	2.096.354	2.358.244
41000 Ministério das Comunicações	36.577	59.564	89.526	110.175	157.624	196.474	235.123	273.772	312.422
42000 Ministério da Cultura	102.764	145.234	167.703	220.469	291.236	352.002	414.769	476.535	528.302
44000 Ministério do Meio Ambiente	117.400	170.178	213.555	295.413	377.270	459.128	540.986	622.843	701.701
47000 Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão	129.844	202.589	275.335	384.127	492.920	601.713	710.505	819.298	928.000
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	275.094	378.506	481.919	645.930	800.941	973.952	1.137.963	1.301.975	1.465.986
51000 Ministério do Esporte	136.002	219.942	256.438	302.103	376.344	460.519	524.727	598.926	673.144
52000 Ministério da Defesa	2.397.348	3.371.243	4.145.107	5.262.059	6.379.041	7.495.963	8.612.916	9.729.868	10.846.820
53000 Ministério da Integração Nacional	118.771	180.405	231.675	329.036	426.398	523.759	624.124	748.482	815.844
54000 Ministério do Turismo	37.560	57.872	78.184	125.587	172.989	220.391	267.793	315.195	362.598
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.307.745	7.732.861	10.007.966	12.874.046	15.590.135	18.306.225	21.022.314	23.738.403	26.454.493
56000 Ministério das Cidades	97.398	214.907	270.575	408.419	546.262	684.106	821.950	959.793	1.097.637
57000 Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	39.648	57.804	75.960	111.243	146.525	181.808	217.094	252.373	287.656
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	797	992	1.167	1.670	2.172	2.675	3.178	3.690	4.183
62000 Secretaria de Aviação Civil	112.270	192.873	223.710	278.668	384.941	491.214	597.486	703.759	810.032



## ANEXO II

(Redação dada pelo Decreto nº 8.784, de 2016)

## LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E AOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ JUN	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT
20000 Presidência da República	472.576	553.079	633.139	714.123	
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	981.520	1.126.978	1.277.436	1.427.995	4.
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.339.998	2.720.759	3.114.633	3.488.507	3.
25000 Ministério da Fazenda	1.978.048	2.210.466	2.560.883	2.902.300	3.
26000 Ministério da Educação	17.403.659	20.240.926	23.078.192	25.915.458	27.
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	458.100	518.455	578.810	639.165	
30000 Ministério da Justiça	1.476.698	1.676.048	1.875.397	2.074.747	2.
32000 Ministério de Minas e Energia	4.639.622	4.821.515	2.103.407	2.385.394	2.
35000 Ministério das Relações Exteriores	704.310	828.263	952.245	1.076.167	4.
36000 Ministério da Saúde	46.500.814	54.540.876	62.580.936	70.620.996	76.
39000 Ministério dos Transportes	503.746	593.379	663.010	742.642	
40000 Ministério do Trabalho e Previdência Social	4.276.290	4.506.561	4.736.834	4.967.105	2.
41000 Ministério das Comunicações	427.566	456.928	486.300	515.674	
42000 Ministério da Cultura	360.979	423.060	476.121	529.192	
44000 Ministério do Meio Ambiente	356.007	420.337	486.667	550.996	
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	590.623	694.669	778.745	872.760	
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	978.003	1.114.843	1.251.685	1.388.525	4.
51000 Ministério do Esporte	381.036	441.628	502.249	562.810	
52000 Ministério da Defesa	7.353.972	8.355.920	9.357.968	10.361.749	44.
53000 Ministério da Integração Nacional	227.080	257.774	288.467	319.160	
54000 Ministério do Turismo	116.834	140.084	165.136	180.287	
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	15.173.263	17.773.874	20.374.490	22.975.107	25.
56000 Ministério das Cidades	381.077	410.389	457.701	493.012	
57000 Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	151.108	176.124	201.140	226.155	
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	2.228	2.586	2.944	3.302	
62000 Secretaria de Aviação Civil	282.120	284.037	486.954	560.600	
63000 Adveccacia Geral da União	208.987	237.774	267.462	297.149	
66000 Controladoria Geral da União	49.674	57.892	66.427	74.374	
68000 Secretaria de Portos	54.475	61.700	68.926	76.160	
71000 Encargos Financeiros da União	696.973	863.109	1.010.244	1.167.380	4.
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	66.225	77.192	88.161	99.130	
74000 Operações Oficiais de Crédito	410.118	498.727	559.726	618.725	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>103.518.809</b>	<b>120.884.826</b>	<b>138.220.044</b>	<b>155.534.646</b>	<b>169.</b>
<b>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC</b>	<b>21.561.863</b>	<b>24.360.759</b>	<b>27.150.655</b>	<b>29.860.273</b>	<b>30.</b>
<b>EMENDAS INDIVIDUAIS</b>	<b>4.070.113</b>	<b>2.082.970</b>	<b>3.096.827</b>	<b>5.008.684</b>	<b>6.</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>127.050.785</b>	<b>148.228.555</b>	<b>160.384.526</b>	<b>180.403.603</b>	<b>205.</b>

## ANEXO II

(Redação dada pelo Decreto nº 8.824, de 2016)

## LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E AOS RESTOS A PAGAR

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ JUL	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NC
20000 Presidência da República	553.079	633.139	714.123	786.301	8
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.274.978	1.367.851	1.460.706	1.558.353	1.6
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.720.759	3.114.633	3.488.507	3.772.381	4.0
25000 Ministério da Fazenda	2.279.465	2.620.883	2.962.300	3.213.719	3.4
26000 Ministério da Educação	20.237.986	23.075.262	25.912.537	27.949.813	29.8
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	518.455	578.810	639.165	689.520	7
30000 Ministério da Justiça	1.863.704	2.097.053	2.356.403	2.535.753	2.6
32000 Ministério de Minas e Energia	1.821.515	2.103.407	2.385.301	2.667.194	3.1

19/08/2016

## Decreto nº 8670

35000	Ministério das Relações Exteriores	1.091.683	1.318.551	1.550.419	1.762.287	1.9
36000	Ministério da Saúde	54.540.875	62.580.936	70.620.996	76.621.056	82.6
39000	Ministério dos Transportes	578.379	653.010	727.642	792.274	8
40000 Social	Ministério do Trabalho e Previdência	1.513.641	1.742.494	1.971.345	2.175.196	2.3
41000	Ministério das Comunicações	156.928	186.300	215.671	240.043	2
42000	Ministério da Cultura	423.050	476.121	529.192	582.954	6
44000	Ministério do Meio Ambiente	427.003	486.999	546.995	611.991	6
47000 e Gestão	Ministério do Planejamento, Orçamento	684.669	778.715	872.760	966.806	1.0
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.114.843	1.251.685	1.388.525	1.505.366	1.6
51000	Ministério do Esporte	441.628	502.219	562.810	618.401	6
52000	Ministério da Defesa	8.355.920	9.357.968	10.361.749	11.022.285	11.6
53000	Ministério da Integração Nacional	257.774	288.467	319.160	345.854	3
54000	Ministério do Turismo	143.984	168.136	192.287	214.439	2
55000 Combate à Fome	Ministério do Desenvolvimento Social e	17.773.871	20.374.490	22.975.107	25.475.726	27.9
56000	Ministério das Cidades	419.389	457.701	493.012	524.324	6
57000 Racial	Ministério das Mulheres, da Igualdade e dos Direitos Humanos	176.179	201.203	226.226	248.249	2
60000 República	Gabinete da Vice-Presidência da	2.586	2.944	3.302	3.652	
62000	Secretaria de Aviação Civil	384.037	485.954	569.609	643.263	7
63000	Advocacia-Geral da União	330.133	372.519	410.703	443.195	4
66000	Controladoria-Geral da União	57.882	66.127	74.371	81.577	
68000	Secretaria de Portos	71.700	88.925	106.150	122.875	1
71000	Encargos Financeiros da União	858.109	1.000.244	1.142.380	1.284.515	1.4
73000 Federal	Transferências a Estados, Distrito e Municípios	77.192	88.161	99.130	110.099	1
74000	Operações Oficiais de Crédito	498.727	558.726	618.725	678.724	7
SUBTOTAL		121.650.124	139.079.633	156.497.308	170.248.186	184.1
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC		24.388.147	27.181.217	28.865.261	30.564.217	32.2
EMENDAS INDIVIDUAIS		2.982.970	3.995.827	5.008.684	6.021.541	6.9



**ANEXO V**  
**DESPESAS FINANCEIRAS**  
**(CONSIDERA OS GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA 3, 4 e 5 DAS AÇÕES ABAIXO RELACIONADAS)**

CÓDIGO	ÓRGÃO / AÇÃO
-	<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b> Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF Formação de Estoques Públicos - PGPM
22000	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> Cobertura do Resíduo resultante de Contratos firmados com o Sistema Financeiro da Habitação Cobertura de Sinistros do Seguro de Crédito FUNDHAB Remuneração de Agentes Financeiros pela Administração do FCVS, do Seguro de Crédito e do Seguro Habitacional
20GI	
2130	
25000	
0023	
0467	
0617	
38000	<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b> Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
0158	
42000	<b>MINISTÉRIO DA CULTURA</b> Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual
006A	
52000	<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b> Aquisição de Terrenos para Emprego em Empreendimentos Imobiliário Destinados ao Pessoal da Marinha do Brasil
00M5	
71000	<b>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</b> Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997) Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
00DD	
00JJ	
0605	
0809	
74000	<b>OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO</b> Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha Concessão de Financiamento Estudantil - FIES Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001) Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.061, de 2000) Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001) Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas 0454 Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional Concessão de Empréstimos para Liquidação das Sociedades Seguradoras, Reseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização 0505 Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações 0534 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte 0579 Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito 0A37 Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas 0A84 Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) 0A84 Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) 0B35 Concessão de Financiamentos a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313 de 1994) 0E83 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)
0012	
0021	
0030	
0031	
0061	
006C	
00GY	
00IG	

ANEXO V  
(Redação dada pelo Decreto nº 8.700, de 2016)

## DESPESAS FINANCEIRAS

(CONSIDERA OS GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA 3, 4 e 5 DAS AÇÕES ABAIXO RELACIONADAS)

CÓDIGO	ÓRGÃO/AÇÃO
22000	<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b> Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF Formação de Estoques Públicos - PGPM
20GI	
2130	
25000	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> Cobertura do Resíduo resultante de Contratos firmados com o Sistema Financeiro da Habitação Cobertura de Sinistros do Seguro de Crédito FUNDHAB Remuneração de Agentes Financeiros pela Administração do FCVS, do Seguro de Crédito e do Seguro Habitacional
0023	
0467	
0617	
38000	<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b> Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
0158	
42000	<b>MINISTÉRIO DA CULTURA</b> Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual
006A	
52000	<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b> Aquisição de Terrenos para Emprego em Empreendimentos Imobiliário Destinados ao Pessoal da Marinha do Brasil
00M5	
71000	<b>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</b> Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997) Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
00DD	
00JJ	
0605	
0809	
74000	<b>OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO</b> Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha Concessão de Financiamento Estudantil - FIES
0012	
0021	
0030	
0031	
0061	
006C	
00GY	
00IG	

00J4	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
0118	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações
0534	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
0579	Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito
0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
0A81	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
0A84	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
OB85	Concessão de Financiamentos a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313 de 1991)
OE83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)

## ANEXO VI

## DESPESAS OBRIGATÓRIAS SUJEITAS À PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

CÓDIGO	AÇÃO
0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
00H0	Transferências à CBC e à FENACLUBES
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)
00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica
0623	Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
20AB	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância
20AC	Incentivo Financeiro às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais
20AD	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
20AI	Auxílio-Reabilitação Psicosocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
20YE	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
2120	Movimentação de Militares
213Z	Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa - Pecúnia
214U	Implementação do Programa Mais Médicos
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos
4370	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
8577	Piso de Atenção Básica Fixo
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

ANEXO VII  
PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO CENTRAL - 2016  
RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (\*)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO				
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.
RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL					
— ADMINISTRADA PELA RFB (*)	472.779	462.639	454.519	471.376	41
— COTA PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	181.966	148.162	140.087	144.888	41
— CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES	4.566	6.235	3.605	7.067	
— CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.846	1.946	1.914	1.917	
— DEMAIS	11.387	1.509	1.602	8.416	
RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS					
— CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEC. SOCIAL	66.666	71.537	67.109	66.726	1
— CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO	56.390	50.759	57.060	57.783	1
— FONTES PRÓPRIAS	4.247	3.132	3.110	3.077	
— DEMAIS	2.413	2.315	3.287	2.634	
TOTAL	239.446	234.167	221.628	238.100	25

(\*) LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS.

ANEXO VII  
(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016)  
PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO CENTRAL - 2016  
RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (\*)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO					
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.
RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL	172.044	162.062	148.771	167.034	161.893	167.232
— ADMINISTRADA PELA RFB (*)	162.102	147.358	134.386	140.267	147.237	148.834
— COTA PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	4.495	6.635	3.605	7.367	7.707	4.226
— CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES	1.846	1.946	1.914	1.917	1.997	3.554
— CONCESSÕES E PERMISSÕES	11.437	1.509	1.602	8.416	1.166	6.926
— DEMAIS	3.064	4.615	7.366	9.066	3.785	3.692
RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS	66.962	71.495	67.577	74.024	70.917	94.526
— CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEC. SOCIAL	56.679	59.718	58.427	58.267	57.647	76.026
— CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO	4.247	3.132	3.110	3.077	3.184	3.138

<u>FONTES PRÓPRIAS</u>	2.446	2.345	3.287	2.624	2.425	2.344	
<u>DEMAIS</u>	3.619	6.330	2.753	10.946	16.662	13.052	
<b>TOTAL</b>	<b>230.906</b>	<b>233.558</b>	<b>216.347</b>	<b>241.058</b>	<b>241.810</b>	<b>261.759</b>	

(\*) LIQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

## ANEXO VII

(Redação dada pelo Decreto nº 8.700, de 2016)  
 PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO CENTRAL - 2016  
 RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (\*)

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º	6º
<u>RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL</u>						
<u>ADMINISTRADA PELA RFB (*)</u>	165.654	156.894	140.954	140.954	140.954	140.954
<u>COTA PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS</u>	144.584	144.164	131.022	131.022	131.022	131.022
<u>CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES</u>	4.493	4.758	2.877	5.449	5.449	5.449
<u>CONCESSÕES E PERMISSÕES</u>	11.571	1.510	4.502	8.446	8.446	8.446
<u>DEMAIS</u>	3.219	4.496	3.513	9.066	9.066	9.066
<u>RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS</u>	65.138	69.309	66.483	74.276	74.276	74.276
<u>CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEC. SOCIAL</u>	55.126	58.177	57.334	57.618	57.618	57.618
<u>CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO</u>	4.219	3.132	3.110	3.977	3.977	3.977
<u>FONTES PRÓPRIAS</u>	2.148	2.275	3.287	2.634	2.634	2.634
<u>DEMAIS</u>	3.644	5.726	2.753	10.946	10.946	10.946
<b>TOTAL</b>	<b>230.794</b>	<b>226.200</b>	<b>207.388</b>	<b>234.828</b>	<b>234.828</b>	<b>234.828</b>

(\*) LIQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

## ANEXO VII

(Redação dada pelo Decreto nº 8.784, de 2016)  
 PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO CENTRAL - 2016  
 RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (\*)

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO			PREVISTO		
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º	6º
<u>RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL</u>	165.669	147.544	131.532	134.058	146.289	146.289
<u>ADMINISTRADA PELA RFB (*)</u>	144.584	137.270	125.404	125.404	124.096	124.096
<u>COTA PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS</u>	4.485	2.654	2.796	5.729	5.729	5.729
<u>CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES</u>	1.787	1.819	1.873	1.898	1.898	1.898
<u>CONCESSÕES E PERMISSÕES</u>	11.571	1.294	1.321	8.257	8.257	8.257
<u>DEMAIS</u>	3.243	4.507	3.565	6.310	6.310	6.310
<u>RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS</u>	65.136	70.227	65.411	66.695	66.695	66.695
<u>CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEC. SOCIAL</u>	55.126	59.120	56.069	56.627	56.627	56.627
<u>CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO</u>	4.219	3.077	3.086	3.977	3.977	3.977
<u>FONTES PRÓPRIAS</u>	2.146	2.111	3.364	2.820	2.820	2.820
<u>DEMAIS</u>	3.644	5.949	2.895	3.171	3.171	3.171
<b>TOTAL</b>	<b>230.805</b>	<b>217.774</b>	<b>200.369</b>	<b>211.984</b>	<b>211.984</b>	<b>211.984</b>

(\*) LIQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

## ANEXO VII

(Redação dada pelo Decreto nº 8.824, de 2016)

PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO CENTRAL - 2016

RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (\*)

R\$  
milhões

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADO			PREVISTO			Total
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	
<u>RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL</u>	165.669	147.544	131.532	138.628	137.182	138.239	858.795
<u>ADMINISTRADA PELA RFB (*)</u>	144.584	137.270	117.194	123.039	127.049	126.091	775.227
<u>COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS</u>	4.485	2.654	3.812	4.550	4.585	4.207	24.293
<u>CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES</u>	1.787	1.819	1.825	1.939	2.007	3.280	12.658
<u>CONCESSÕES E PERMISSÕES</u>	11.571	1.294	5.728	2.791	247	1.169	22.800

DEMAIS	3.243	4.507	2.972	6.310	3.294	3.492	23.818
RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS	65.136	70.070	65.287	65.108	65.541	86.174	417.315
CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEG. SOCIAL	55.126	58.957	56.736	56.102	56.635	75.043	358.600
CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO	4.219	3.077	3.045	3.077	3.184	2.924	19.527
FONTES PRÓPRIAS	2.146	2.116	2.225	2.598	2.549	3.061	14.695
DEMAIS	3.644	5.919	3.281	3.331	3.173	5.147	24.494
<b>TOTAL</b>	<b>230.805</b>	<b>217.614</b>	<b>196.819</b>	<b>203.736</b>	<b>202.723</b>	<b>224.413</b>	<b>1.276.110</b>

(\*) LIQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

**ANEXO VIII**  
**ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS – 2016**  
**LIQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS**

RECEITAS	PREVISTO			
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.432	7.546	8.220	8.666
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	13	10	3	4
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.773	8.899	9.748	9.536
I.P.I. FUMO	1.089	1.024	1.120	905
I.P.I. BEBIDAS	346	342	445	448
I.P.I. AUTOMÓVEIS	596	910	744	828
I.P.I. VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.587	3.163	3.726	3.069
I.P.I. OUTROS	3.148	3.460	3.714	3.685
IMPOSTO SOBRE A RENDA	64.458	62.869	55.070	53.288
I.R. PESSOA FÍSICA	3.033	9.284	6.212	8.472
I.R. PESSOA JURÍDICA	29.699	22.973	14.310	20.883
I.R. RETIDO NA FONTE	31.726	30.612	34.548	23.933
I.R.R.F. RENDIMENTOS DO TRABALHO	17.446	16.503	13.605	10.535
I.R.R.F. RENDIMENTOS DO CAPITAL	7.984	8.021	14.474	7.443
I.R.R.F. REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.329	4.680	4.764	4.138
I.R.R.F. OUTROS RENDIMENTOS	1.967	1.408	1.715	1.816
I.O.F. IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	6.424	6.432	7.349	7.294
I.T.R. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	34	46	28	36
CONVENIADO	29	41	25	33
NÃO CONVENIADO	5	5	3	4
CPMF - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	1			
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	36.549	35.801	38.192	39.084
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10.025	9.493	9.957	9.922
GSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	16.599	12.796	7.710	10.683
CIDE - COMBUSTÍVEIS	923	967	1.029	920
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	27	28	24	24
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.777	3.286	2.609	5.516
RECEITAS DE LOTERIAS	904	762	564	558
CIDE APOIO TECNOLÓGICO	589	548	330	360
DEMAIS	1.287	1.976	1.715	1.598
<b>RECEITA ADMINISTRADA</b>	<b>151.966</b>	<b>148.162</b>	<b>140.026</b>	<b>144.969</b>

**ANEXO VIII:**  
**(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016)**  
**ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS – 2016**  
**LIQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS**

RECEITAS	PREVISTA					
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	6.432	7.546	7.384	7.694	7.065	5.854
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	43	40	7	8	8	6
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.773	8.899	8.882	8.777	9.541	9.083
I.P.I. FUMO	1.089	1.024	1.079	940	1.109	1.351
I.P.I. BEBIDAS	350	338	397	407	442	560
I.P.I. AUTOMÓVEIS	596	910	669	745	876	734
I.P.I. VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.587	3.163	3.362	3.341	3.382	2.616
I.P.I. OUTROS	3.151	3.465	3.375	3.374	3.731	3.826
IMPOSTO SOBRE A RENDA	64.458	62.069	51.658	49.097	50.848	57.013
I.R. PESSOA FÍSICA	3.033	9.284	5.886	8.026	7.759	7.178
I.R. PESSOA JURÍDICA	29.699	22.173	13.373	10.412	10.450	13.199
I.R. RETIDO NA FONTE	31.726	30.612	32.609	22.559	23.639	36.635
I.R.R.F. RENDIMENTOS DO TRABALHO	17.446	16.503	12.738	9.863	9.534	13.174
I.R.R.F. RENDIMENTOS DO CAPITAL	7.984	8.024	13.763	7.072	8.292	16.867
I.R.R.F. REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.329	4.689	4.489	3.908	4.259	4.807
I.R.R.F. OUTROS RENDIMENTOS	1.967	1.408	1.624	1.716	1.617	1.704
I.O.F. IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	6.413	6.415	6.926	6.876	5.127	5.014
I.T.R. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	34	46	37	49	935	209
CONVENIADO	29	44	33	44	842	188
NÃO CONVENIADO	5	5	4	5	94	24
CPMF - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	4	-	-	-	6.202	7.442
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	36.634	35.802	36.907	37.741	37.837	37.923
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	10.028	9.494	9.710	9.674	9.714	9.938
GSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	16.591	12.797	8.023	10.977	10.852	7.927
CIDE - COMBUSTÍVEIS	923	967	973	870	910	885
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	27	28	30	34	29	28
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.777	3.286	3.647	7.579	7.268	7.618

- RECEITAS DE LOTERIAS	904	762	832	824	896	4.223
- CIDE APOIO TECNOLÓGICO	520	548	496	542	620	630
- DEMAIS	4.287	4.976	2.318	6.214	5.752	5.766
RECEITA ADMINISTRADA	152.102	147.358	134.286	140.267	147.237	148.834

## ANEXO VIII

(Redação dada pelo Decreto nº 8.700, de 2016)  
ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2016  
LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

RECEITA	REALIZADA	PREVISTA					
		1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	5.669	6.334	6.189	6.335	7.575	5.249	
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	49	40	7	8	8	7	
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.165	8.098	8.227	8.065	9.226	8.777	
- I.P.I. FUMO	1.147	910	960	837	987	1.202	
- I.P.I. BEBIDAS	384	349	401	404	441	562	
- I.P.I. AUTOMÓVEIS	479	748	641	669	770	689	
- I.P.I. VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.243	2.654	2.947	2.725	3.247	2.346	
- I.P.I. OUTROS	2.916	3.446	3.408	3.434	3.810	3.978	
IMPOSTO SOBRE A RENDA	62.515	61.754	54.253	49.316	61.938	53.239	
- I.R. PESSOA FÍSICA	2.862	9.326	5.898	7.449	18.852	3.696	
- I.R. PESSOA JURÍDICA	27.717	22.328	13.442	19.560	19.655	13.405	
- I.R. RETIDO NA FONTE	31.935	30.100	31.913	22.307	23.430	36.138	
- I.R.R.F. RENDIMENTOS DO TRABALHO	17.564	16.154	12.474	9.701	9.388	12.987	
- I.R.R.F. RENDIMENTOS DO CAPITAL	8.195	7.946	13.295	6.006	8.069	16.373	
- I.R.R.F. REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.281	4.683	4.520	3.972	4.353	4.965	
- I.R.R.F. OUTROS RENDIMENTOS	1.895	1.416	1.624	1.728	1.634	1.813	
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.785	6.459	6.954	6.955	5.205	5.111	
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	43	47	37	49	935	299	
CONVENIADO	35	42	34	44	842	188	
NAO CONVENIADO	8	5	4	5	94	24	
GPMF - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	4				6.202	7.442	
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SECURIDADE SOCIAL	34.483	35.464	36.412	36.878	36.492	36.622	
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9.494	9.482	9.658	9.551	9.498	9.762	
GSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	16.222	12.868	8.057	11.056	10.960	8.043	
CIDE - COMBUSTÍVEIS	964	959	965	862	900	876	
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	23	28	30	31	29	29	
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.203	2.664	3.234	6.507	17.955	3.735	
- RECEITAS DE LOTERIAS	811	762	832	824	896	1.223	
- CIDE APOIO TECNOLÓGICO	523	548	499	551	635	652	
- DEMAIS	869	1.354	1.902	5.223	16.424	1.861	
RECEITA ADMINISTRADA	144.584	144.164	131.022	135.704	166.922	139.104	

## ANEXO VIII

(Redação dada pelo Decreto nº 8.794, de 2016)  
ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2016  
LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

RECEITAS	REALIZADO	PREVISTO					
		1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	5.669	5.136	5.545	5.634	6.771	4.748	
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	49	37	6	7	7	6	
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.165	6.993	7.722	7.453	8.520	8.032	
- I.P.I. FUMO	1.147	866	986	859	1.013	1.154	
- I.P.I. BEBIDAS	384	404	322	338	336	448	
- I.P.I. AUTOMÓVEIS	479	528	587	644	704	629	
- I.P.I. VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.243	2.360	2.524	2.423	2.876	2.122	
- I.P.I. OUTROS	2.916	2.814	3.304	3.222	3.590	3.682	
IMPOSTO SOBRE A RENDA	62.515	59.264	49.622	45.024	45.846	50.147	
- I.R. PESSOA FÍSICA	2.862	8.884	6.870	4.502	4.233	3.660	
- I.R. PESSOA JURÍDICA	27.717	21.148	12.860	19.063	19.073	11.522	
- I.R. RETIDO NA FONTE	31.935	29.224	30.802	21.459	22.544	34.966	
- I.R.R.F. RENDIMENTOS DO TRABALHO	17.564	16.572	12.366	9.597	9.286	12.860	
- I.R.R.F. RENDIMENTOS DO CAPITAL	8.195	7.247	13.024	6.762	7.802	16.090	
- I.R.R.F. REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.281	3.826	3.893	3.394	3.753	4.326	
- I.R.R.F. OUTROS RENDIMENTOS	1.895	1.574	4.614	4.710	1.609	1.788	
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.785	6.490	6.403	6.374	6.204	6.423	
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	43	35	37	49	935	299	
CONVENIADO	35	29	33	44	842	188	
NAO CONVENIADO	8	6	4	5	94	24	
GPMF - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	4	4	-	-	-	-	
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SECURIDADE SOCIAL	34.483	33.578	34.776	35.139	34.655	34.762	
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9.494	8.910	9.310	9.178	9.098	9.354	
GSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	16.222	13.547	7.704	10.744	10.610	7.728	
CIDE - COMBUSTÍVEIS	964	916	4.024	913	955	930	
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	23	24	30	34	29	28	
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.203	3.392	3.139	3.554	3.238	3.608	
- RECEITAS DE LOTERIAS	811	824	832	824	896	1.223	
- CIDE APOIO TECNOLÓGICO	523	548	426	464	538	559	
- DEMAIS	869	2.064	4.884	2.266	4.904	4.826	
RECEITA ADMINISTRADA	144.584	137.270	125.404	124.096	126.867	125.975	

## ANEXO VIII

(Redação dada pelo Decreto nº 8.824, de 2016)

ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2016

LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS

RECEITAS	REALIZADA			
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	5.669	5.136	5.063	4.816
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	19	37	19	6
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.165	6.983	6.266	6.804
I.P.I. - FUMO	1.147	866	1.127	435
I.P.I. - BEBIDAS	381	404	450	322
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	479	538	844	690
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.243	2.360	2.163	2.070
I.P.I. - OUTROS	2.915	2.814	1.683	3.287
IMPOSTO SOBRE A RENDA	62.515	59.254	47.616	45.256
I.R. - PESSOA FÍSICA	2.862	8.884	5.396	4.633
I.R. - PESSOA JURÍDICA	27.717	21.148	10.805	19.356
I.R. - RETIDO NA FONTE	31.935	29.221	31.415	21.267
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	17.564	16.577	13.215	9.478
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	8.195	7.247	13.037	6.868
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	4.281	3.826	3.549	3.180
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.895	1.571	1.613	1.742
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	5.785	5.490	5.541	6.082
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	43	35	37	49
CONVENIADO	39	32	33	44
NÃO CONVENIADO	4	4	4	5
CPMF - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	34.483	33.578	34.741	35.335
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	9.491	8.910	8.997	9.431
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	16.222	13.517	7.702	10.933
CIDE - COMBUSTÍVEIS	964	916	1.275	920
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	23	21	23	32

OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.204	3.393	(86)	3.374
RECEITAS DE LOTERIAS	811	821	760	824
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	523	510	565	432
DEMAIS	870	2.062	(1.411)	2.118
<b>RECEITA ADMINISTRADA</b>	<b>144.584</b>	<b>137.270</b>	<b>117.194</b>	<b>123.039</b>

**ANEXO IX**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALORES ACUMULADOS</b>		
	<b>QUADRIMESTRES</b>		
	<b>I</b>	<b>II</b>	
<b>A - ITAIPU (I+II+III+IV)</b>	<b>858</b>		<b>4.717</b>
I - Receitas	2.880		5.750
II - Despesas	2.675		5.200
Investimentos	8		16
Demais Despesas (*)	2.667		5.184
III - Ajuste Competência/Caixa	(42)		(113)
IV - Juros	(66)		(1.280)
<b>B - Demais empresas (I+II+III+IV)</b>	<b>(464)</b>		<b>72</b>
I - Receitas	17.963		36.866
II - Despesas	14.853		34.133
Investimentos	1.470		2.666
Demais Despesas (*)	13.381		31.467
III - Ajuste Competência/Caixa	(2.696)		(1.007)
IV - Juros	876		1.654
<b>RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS (A+B)</b>	<b>397</b>		<b>4.789</b>

(\*) Inclui ajuste metodológico

**ANEXO IX**  
**(Redação dada pelo Decreto nº 8.700, de 2016)**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALORES ACUMULADOS</b>		
	<b>QUADRIMESTRES</b>		
	<b>I</b>	<b>II</b>	
<b>A - ITAIPU (I+II+III+IV)</b>	<b>858</b>		<b>4.717</b>
I - Receitas	2.880		5.750
II - Despesas	2.675		5.200
Investimentos	8		16
Demais Despesas (*)	2.667		5.184
III - Ajuste Competência/Caixa	(42)		(113)
IV - Juros	(66)		(1.280)
<b>B - Demais empresas (I+II+III+IV)</b>	<b>(463)</b>		<b>70</b>
I - Receitas	17.963		36.866
II - Despesas	14.853		34.136
Investimentos	1.472		2.668
Demais Despesas (*)	13.384		31.467
III - Ajuste Competência/Caixa	(2.696)		(1.007)
IV - Juros	876		1.654
<b>RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS (A+B)</b>	<b>396</b>		<b>4.787</b>

(\*) Inclui ajuste metodológico

**ANEXO IX**  
**(Redação dada pelo Decreto nº 8.784, de 2016)**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALORES ACUMULADOS</b>		
	<b>QUADRIMESTRES</b>		
	<b>II</b>		
<b>A - ITAIPU (I+II+III+IV)</b>			
I - Receitas			

II - Despesas
Investimentos
Demais
Despesas (*)
III - Ajuste
Competência/Caixa
IV - Juros
B - Demais
empresas (I-II+III-
IV)
I - Receitas
II - Despesas
Investimentos
Demais
Despesas (*)
III - Ajuste
Competência/Caixa
IV - Juros
RESULTADO
PRIMÁRIO DAS
EMPRESAS
ESTATAIS (A+B)

(\*) Inclui ajuste  
metodológico

## ANEXO X

RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA SEGURIDADE SOCIAL - OSS  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Abr	Jan-Ago	Ja
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	357.462	701.448	
<b>1.1 Receita Administrada pela RFB</b>	300.128	585.193	
<b>1.2 Receitas Não Administradas</b>	57.335	116.346	
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	73.423	153.969	
<b>2.1 FPE/FPM/IFI/EE</b>	69.941	127.127	
<b>2.2 Demais</b>	12.482	26.842	
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	284.040	547.480	
<b>4. DESPESAS</b>	240.829	461.004	
<b>4.1 Pessoal e Encargos Sociais</b>	79.456	162.822	
<b>4.2 Outras Correntes e do Capital</b>	161.383	298.179	
<b>4.2.1 Não Discricionárias</b>	76.401	125.483	
<b>4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes</b>	84.983	172.696	
<b>5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)</b>	43.201	86.479	
<b>6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)</b>	(34.330)	(72.566)	
<b>6.1 Arrecadação Líquida INSS</b>	116.150	231.892	
<b>6.2 Benefícios da Previdência</b>	150.480	304.489	
<b>7. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6)</b>	8.870	13.883	
<b>8. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>	397	1.789	
<b>9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (7+8)</b>	9.267	15.672	

## ANEXO X

(Redação dada pelo Decreto nº 8.676, de 2016)

RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA SEGURIDADE SOCIAL - OSS  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Abr	Jan-Ago
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	357.066	
<b>1.1 Receita Administrada pela RFB</b>	299.459	
<b>1.2 Receitas Não Administradas</b>	57.606	
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	72.699	
<b>2.1 FPE/FPM/IFI/EE</b>	59.412	
<b>2.2 Demais</b>	13.287	
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	284.366	
<b>4. DESPESAS</b>	241.397	
<b>4.1 Pessoal e Encargos Sociais</b>	79.208	
<b>4.2 Outras Correntes e do Capital</b>	162.199	
<b>4.2.1 Não Discricionárias</b>	80.708	
<b>4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes</b>	81.484	
<b>5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)</b>	42.969	
<b>6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)</b>	(33.949)	
<b>6.1 Arrecadação Líquida INSS</b>	116.398	
<b>6.2 Benefícios da Previdência</b>	150.345	
<b>7. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6)</b>	9.022	
<b>8. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>	397	

-9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (7+8)

9.449

## ANEXO X

(Redação dada pelo Decreto nº 8.700, de 2016)RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA SEGURIDADE SOCIAL - OSS  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016

DISCRIMINAÇÃO	Jan Abr	Jan Ago
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>343.688</b>	<b>670.002</b>
1.1 Receita Administrada pela RFB	288.747	555.474
1.2 Receitas Não Administradas	54.941	115.428
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>71.305</b>	<b>144.617</b>
2.1 FPE/FPM/IPI/EE	58.264	117.997
2.2 Demais	13.041	26.620
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	<b>272.383</b>	<b>526.285</b>
<b>4. DESPESAS</b>	<b>245.356</b>	<b>462.564</b>
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	79.535	164.096
4.2 Outras Correntes e do Capital	166.820	298.468
4.2.1 Não Discricionárias	78.933	137.960
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	86.887	160.508
<b>5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)</b>	<b>27.027</b>	<b>63.724</b>
<b>6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1 6.2)</b>	<b>(37.264)</b>	<b>(80.200)</b>
6.1 Arrecadação Líquida INSS	113.303	228.255
6.2 Benefícios da Previdência	150.557	308.464
<b>7. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6)</b>	<b>(10.227)</b>	<b>(16.489)</b>
<b>8. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>	<b>395</b>	<b>1.787</b>
<b>9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (7+8)</b>	<b>(9.832)</b>	<b>(14.701)</b>

## ANEXO X

(Redação dada pelo Decreto nº 8.784, de 2016)RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL - OF E DA SEGURIDADE SOCIAL - OSS  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016

## DISCRIMINAÇÃO

<b>1. RECEITA TOTAL</b>	
1.1 Receita Administrada pela RFB	
1.2 Receitas Não Administradas	
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	
2.1 FPE/FPM/IPI/EE	
2.2 Demais	
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	
<b>4. DESPESAS</b>	
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	
4.2 Outras Correntes e do Capital	
4.2.1 Não Discricionárias	
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	
<b>5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)</b>	
<b>6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1 6.2)</b>	
6.1 Arrecadação Líquida INSS	
6.2 Benefícios da Previdência	
<b>7. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6)</b>	
<b>8. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>	
<b>9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (7+8)</b>	

## ANEXO X

(Redação dada pelo Decreto nº 8.784, de 2016)

## RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

## E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2016

## DISCRIMINAÇÃO

Jan-Ago

Jan-Dez

1. RECEITA TOTAL	622.052
1.1 Receita Administrada pela RFB	522.088
1.2 Receitas Não Administradas	99.964
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	137.653
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	112.707
2.2 Demais	24.946
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	484.399
4. DESPESAS	475.354
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	162.599
4.2 Outras Correntes e de Capital	312.755
4.2.1 Não Discricionárias	134.569
4.2.2 Discricionárias - Todos os Poderes	178.187
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	9.045
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(87.178)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	226.922
6.2 Benefícios da Previdência	314.100
7. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6)	(78.133)
8. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	1.793
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (7+8)	(76.341)

\*